ATA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 22 DE MAIO DE 2023.

PRESIDENTE: VEREADOR ISNARD ARAÚJO
1º SECRETÁRIO: VEREADOR JULIO SANTOS (*ad hoc*)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR CAROLINO (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ARNANDO LESSA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CAROLINO, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTÔNIO, JULIO SANTOS, KIKI BISPO, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, MARTA RODRIGUES, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA, estando licenciados os vereadores LUIZ CARLOS SUÍCA, ROBERTA CAIRES e SÍLVIO HUMBERTO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei n.s 122/23 do vereador Alexandre Aleluia, 123/23 do vereador Maurício Trindade e 124/23 da vereadora Ireuda Silva; Projetos de Indicação n.s 113/23 do vereador Maurício Trindade, 114/23 do vereador Sílvio Humberto, 115/23 do vereador André Fraga e 116/23 do vereador Sílvio Humberto; Requerimentos n.s 175 a 178/23 do vereador Sílvio Humberto; Requerimentos de Utilidade Pública n.s

33/23 do vereador Isnard Araújo, 34/23 do vereador Julio Santos e 35/23 do vereador André Fraga; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, na **Tribuna Popular**, o senhor Valdir Silva, da Federação dos Trabalhadores da Educação (FTE), explicou que a sua entidade tinha como maior propósito a defesa da educação de qualidade. Informou que, na última sexta-feira, fora entregue, pelo Governo do Estado, escola pública que era referência para essa qualidade. Assinalou o tripé piso-carreira-formação como base para a educação de qualidade e parabenizou o governado do Estado por aplicar o piso salarial dos educadores e cumprir a carreira prevista em Lei federal. Explicou que outros gestores negavam a vigência dessa Lei alegando a sua revogação, fato que era tratado pelo Ministério Público, o qual afirmava a vigência da Lei. Informou "twitaço" para exigir que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e os mínimos constitucionais fossem removidos do Arcabouço Fiscal. Exortou trabalhadores a participar do movimento. Pediu que o Município se posicionasse sobre o piso legal, garantindo-se os direitos dos educadores. Ainda pela mesma representação, a senhora Sara Santiago disse que, como filha de professores, sempre entendera a educação como o pilar de uma sociedade. Destacou a importância de estar na Casa do povo. Pontuou que a educação demandava estrutura, materiais e valorização dos professores. Afirmou que a luta sindical de sua entidade deveria ser encampada pelos Poderes Legislativo e Executivo, pois era uma luta pela educação. Expôs que o piso remuneratório da categoria era tratado como teto e que, em sua cidade, Camaçari, havia sete anos sem reajuste salarial. Dando-se seguimento à **Tribuna Popular**, o senhor Joceval Elias Tibúrcio, da União dos Bairros do Município de Salvador e Região Metropolitana (UNIBAIRROS), expressou preocupação com o impasse relativo ao transporte sobre trilhos. Expôs como a questão do veículo leve sobre trilhos (VLT) do Subúrbio deixava muitos usuários de transporte em má situação e narrou as etapas da ação do Governo do Estado sobre esse equipamento.

Destacou que os trabalhadores informais eram os mais prejudicados com a ausência do trem que fora removido em função do VLT. Contou ter feito contato com a Comissão de Transporte da CMS e informou que o governador do Estado anunciara rompimento contratual com a empresa chinesa responsável pelo VLT caso ela não agisse dentro de certo prazo. Defendeu que, em lugar do prosseguimento com a empresa chinesa, fossem comprados trens de Cuiabá, no Mato Grosso. Expôs outros problemas por que passavam as pessoas que esperavam a solução do impasse sobre o VLT. Criticou o modelo do monotrilho. Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Roberta Caires (8, 9, 15, 16 e 22 de maio) e Sílvio Humberto (22 de maio). Em comunicação inadiável, o vereador Teo Senna saudou os 96 anos da Grande Loja Maçônica da Bahia, na pessoa de Arlindo Neto. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, a vereadora Marta Rodrigues contou ter estado em Lauro de Freitas na inauguração da escola mencionada pelo senhor Valdir Silva, tend o presenciado a entrega de documento ao ministro da Educação. Comentou sobre a criação do novo Ensino Médio. Alertou quanto ao Arcabouço Fiscal poder afetar negativamente a luta pela educação e pediu aos pares que debatessem com os professores, destacando a questão do piso da categoria, sobre a qual, declarou o apoio da Oposição. O vereador Átila do Congo afirmou que o Governo do Estado não poderia seguir com indefinição sobre o VLT do Subúrbio e sublinhou que isso atingia os mais necessitados. Declarou admiração pelo governador e cobrou-lhe uma postura. Expôs que pessoas passavam fome pelas dificuldades com o transporte. O senhor presidente, sobre a questão da mobilidade, defendeu a duplicação da BA-528, a Estrada do Derba. O vereador Teo Senna discutiu sobre a natureza técnica do VLT, indagando se ele não seria, na verdade, um monotrilho. Disse que, com a viagem do governador do Estado à China, esperava-se alguma novidade, o que não acontecera. Expôs as perdas vividas pelas pessoas que, antes, contavam com o trem removido em função do VLT. O vereador Cláudio Tinoco cumprimentou os representantes da educação. Discorreu sobre a questão do VLT, lembrando já

haver tratado do assunto em audiências públicas. Afirmou que o contrato do Governo do Estado com a empresa chinesa não era para VLT, mas, para monotrilho. Apontou a responsabilidade do ex-governador Rui Costa pelo problema e considerou que o governador Jerônimo Rodrigues tinha a oportunidade de superar isso, face à própria inviabilidade do que estava contratado. Em comunicação inadiável, o vereador Átila do Congo lembrou a pandemia, afirmando que ela acabara e não se justificava a indefinição sobre o VLT. O vereador Augusto Vasconcelos saudou os educadores da Tribuna Popular, declarando-se próximo de sua pauta por ser professor e filho de professora. Contou a sua movimentação sobre a Educação municipal e o piso salarial dos docentes. Sobre a demanda do VLT, disse que a Ouvidoria já tratava do problema e elogiou o discurso do vereador Átila do Congo. Denunciou que o *Bus Rapid Transit* (BRT) invadira área de tubulação, algo que vinha sendo apurado. O senhor presidente informou o recebimento de documento dos educadores, o qual seria encaminhado ao presidente Carlos Muniz. O vereador Tiago Ferreira contou já ter tratado da questão do VLT com o Governo do Estado e expressou confiança no governador quanto a uma solução. Sobre a duplicação da BA-528, disse que era uma questão de tempo e mencionou obras viárias do Estado em andamento. Destacou a nova obra do túnel de ligação entre áreas do Centro. Pela ordem, o vereador Atila do Congo disse que não tratava a questão do VLT de maneira política, pois não tinha ligação com o prefeito ou com o governador. O senhor presidente declarou esperar que o governador conduzisse bem o que herdara do seu antecessor. Foi votada e aprovada a licença do vereador Luiz Carlos Suíca (22 e 23 de maio). O vereador Arnando Lessa solidarizou-se com os professores. Afirmou que os custos do VLT não se alteravam com o tempo e disse que pior do que a mudança para o monotrilho era o BRT. Mencionou ligações viárias criadas pelo Governo do Estado. O senhor presidente informou que, pelo limite regimental de horário, não haveria mais o Pinga-Fogo. Pela ordem, o vereador Cláudio Tinoco lembrou a vedação a informações inverídicas

por parte de vereadores e reafirmou que o contrato do VLT era, na verdade, para monotrilho. Alertou para que os pares não se baseassem em informações incorretas expostas na mídia. Nas **Representações Partidárias**, pela Liderança do Governo, o vereador Teo Senna salientou a importância da imprensa e o que ela deixava registrado. Lembrou jornalista ao qual o ex-governador Jaques Wagner prometera a Ponte Salvador-Itaparica em 2011, ao que se seguira a promessa de instalar a pedra fundamental da Ponte em 2014. Lembrou outra promessa, do ex-governador Rui Costa, de instalação dos pilares da Ponte, em 2019, à qual se seguira mais uma promessa, para 2022. Assinalou que o atual governador dera entrevista declarando que a instalação da Ponte ainda levaria cinco anos. Pela liderança da Oposição, o vereador Augusto Vasconcelos repudiou a violência racista ocorrida em estádio espanhol e em outras praças esportivas. Pediu que a questão fosse seriamente tratada, destacando a gravidade do racismo e defendendo sanções severas sobre tais condutas. Declarou indignação com a rejeição do prefeito a seu Projeto sobre segurança bancária, fato que permitia o funcionamento de agências bancárias sem profissionais de segurança. Pontuou que a demanda não era dos bancos, mas, das pessoas que os frequentavam. Criticou o prefeito por outras ações que eliminavam a segurança nos bancos. Relatou denúncia à Ouvidoria sobre a estrutura do BRT haver invadido áreas de grande tubulação de esgoto e alertou para a gravidade de um rompimento dessa tubulação. Em comunicação inadiável o vereador Sandro Bahiense lamentou o assassinato do policial milita Gleidson Carvalho, pedindo um minuto de silêncio por ele, sua família e a Polícia Militar (PM). Foi cumprido o minuto de silêncio. Em comunicação inadiável, o vereador Átila do Congo solidarizou-se pelos casos de racismo no futebol e apontou a omissão sobre genocidas que mataram milhões de pessoas negras. Em comunicação inadiável, o vereador Leandro Guerrilha defendeu que a Espanha tratasse os racistas do futebol tal qual tratara o jogador Daniel Alves, preso por violência sexual. Em comunicação inadiável, o vereador Cláudio Tinoco apontou mudanças no Sistema

S que tirariam recursos dessa rede para a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur). Pediu que os senadores baianos se posicionassem contra isso, destacando a importância das entidades do Sistema S para a educação. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente Isnard Araújo declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO